

Para a delimitação da alomorfia derivacional do português

Ana Vieira Barbosa

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Apresento um trabalho que se propôs fazer uma reflexão teórica sobre o conceito de alomorfia. Esta reflexão tem por finalidade o estabelecimento de uma caracterização do conceito que permita individualizá-lo no contexto dos fenómenos de variação formal das palavras e que viabilize a sua aplicação à análise linguística de um *corpus*. O *corpus* a que aplico esta análise é constituído por produtos derivacionais do português, seleccionados por serem formados a partir de afixos que ostentam variantes formais.

Começarei por estabelecer a definição do conceito (1.), apresentando os estudos que mais fundamentadamente se dedicaram a esta questão e nos quais me apoiei para formular a proposta que apresento. Este ponto será abordado numa perspectiva cronológica, de modo a que melhor se compreenda o evoluir do conceito. Em segundo lugar (2.), apresento uma reflexão necessariamente sumária que, baseada nas propostas expostas e na observação do *corpus*, encontrou no fenómeno alomórfico algumas regularidades capazes o defenir. Em terceiro lugar (3.), e após expor como foi constituído o *corpus* de estudo, faço a análise alomórfica do mesmo.

1. Alguns estudos sobre alomorfia

O primeiro ponto, estabelecer uma caracterização de alomorfia, é o ponto basilar do trabalho e o mais complexo. A sua complexidade advém da dificuldade em compreender vários aspectos fundamentais: o que é que desencadeia a alomorfia? sobre que elementos é que ela actua? que relação estabelecem entre si os vários alomorfos? em que momento da produção linguística se processa? quais são os limites formais para a variação alomórfica de um morfema?

A bibliografia existente sobre o tema procura esclarecer estes pontos. No entanto, a sua leitura revela que a alomorfia se reconhece na observação empírica, mas que é refractária à teorização. Enquanto objecto de estudo, a alomorfia tem contornos difusos; existindo vários fenómenos de variação formal que são incluídos ou excluídos da variação alomórfica em função das metodologias adoptadas e dos pressupostos teóricos seguidos. Por esta razão começaremos por observar as primeiras abordagens feitas a este fenómeno de variação formal, prosseguindo até aos estudos mais recentes.

1.1. A variação formal nos estudos historicistas e comparativistas

A alomorfia é, reconhecidamente, um fenómeno de variação formal. No entanto, o reconhecimento da existência de variação formal não implica o reconhecimento da existência de alomorfia. É isto que sucede nos estudos histórico-comparativistas e que se encontra nos trabalhos dos morfólogos Diez (1874) e Meyer-Lübke (1895). Estes trabalhos, de carácter histórico, abordam a evolução formal dos morfemas dentro de cada língua e na proximidade que têm pelo facto de serem ramos de um extinto tronco comum.

Tal como estes autores, também mais recentes, historiadores da língua, como Nunes (1989), colocam a alomorfia fora do seu campo de reflexão. Descrevem e explicam uma evolução diacrónica sem se debruçarem sobre dos resultados dessa evolução para o estado coevo da língua.

Serão, portanto, os estudos da língua de carácter sincrónico que primeiro se debruçarão sobre a alomorfia, entendida como variação formal e sincrónica de um morfema. Os primeiros estudos de natureza sincrónica devem-se aos autores estruturalistas, que apresento em primeiro lugar, sendo seguidos pelas propostas gerativistas.

Dos diferentes trabalhos apresentarei aqueles aspectos que se afiguraram como os mais capazes de enquadrar o fenómeno para, com base neles, estabelecer uma definição teórico-prática do conceito capaz de se aplicar à análise linguística da variação formal de alguns afixos do português.

1.2. As propostas estruturalistas

Como já referi, o conceito de alomorfia foi primeiramente estabelecido no contexto dos estudos estruturalistas, que se viram na necessidade de delimitar o morfema e, conseqüentemente, de explicar o porquê das variações formais que alguns morfemas apresentam dentro de um dado momento da língua. A alomorfia é definida como a variação formal e sistémica do morfema, isto é, «where a choice between synonymous morphemes is made *for* the speaker rather than *by* him» (Hockett, 1970: 132).

É o estabelecimento da distinção entre sincronia e diacronia, levada a cabo por Saussure, que permite a distinção entre evolução formal e variação formal, e é deste último fenómeno que se poderá extrair a noção de alomorfia. Os autores estruturalistas pretendem explicar a variação formal que encontram no seu presente linguístico.

Sendo sistémica, a alomorfia é uma variação regular e descritível, que se dá ao nível interno da palavra, isto é, ao nível dos morfemas que a constituem. Estes são definidos como elementos linguísticos indivisíveis portadores de forma e de significado.

As irregularidades alomórficas encontradas no suporte formal de certos morfemas, porque são sistémicas, ou seja, absolutamente linguísticas e regulares, levam ao estudo do fenómeno, de modo a descrever os contextos linguísticos em que surgem as variantes formais. Assim, são identificados contextos linguísticos que regulam essa variação formal.

O contexto fonológico parece inquestionável como responsável pela alomorfia. É referido por Nida (1949), Gleason (1961) e Matthews (1979), é entendido como a variação formal do morfema desencadeada pelas características fonéticas de outro

morfema. Os processos de afixação criam contextos fonológicos que permitem a actuação de um fonema sobre outro, levando à transformação deste último e, portanto, ao surgimento de alomorfia. Gleason (1961) apresenta a seguinte descrição de alomorfia fonologicamente motivada: «The three allomorphs of the plural morpheme, /-z/, /-s/, and /-iz/, are conditioned, since each occurs when certain clearly defined conditions occur. In this case the conditioning factor is the phonetic nature of the preceding phonemes. /-z/ occurs only after voiced sounds; /-s/ only after voiceless sounds; and /-iz/ only after groove fricatives and affricates.» (Gleason, 1961: 62).

Um outro contexto, o contexto morfológico, só é claramente abordado por Gleason (1961) e Matthews (1979). Verifica-se quando a presença de um morfema, na sua totalidade, e não apenas um dos seus traços, desencadeia a variação formal de outro morfema. Assim, «the selection is determined by the specific morpheme or morphemes forming the contexts, rather than by any phonological feature. The plural of *ox* is *oxen* /áksin/. /-in/ is an allomorph of the plural morpheme which is used only in this one root /aks/.» (Gleason, 1961: 62).

Estes dois contextos explicam a variação formal manifestada pelo morfema, mas não explicam como se relacionam entre si os alomorfos desse morfema. Esta relação é descrita por Nida (1949), Gleason (1961) e Matthews (1979) em termos de distribuição complementar. O morfema é constituído pela totalidade dos seus alomorfos, que surgem em contextos fonológicos ou morfológicos. «Since, however, the allomorphic set /-əz ~ -z ~ -s/ and the form /-ən/ are in complementary distribution and have a common semantic distinctiveness (i. e. they are indicators of pluralization), we may combine all these forms as allomorphs.» (Nida, 1949: 44). Os contextos, morfológico ou fonológico, de ocorrência de cada um dos alomorfos estão claramente definidos. Assim, nenhum alomorfo poderá surgir em contexto que reúna as condições necessárias para o surgimento de outro alomorfo.

A alomorfia fonologicamente motivada vê a sua capacidade de mutação limitada pelas regras fonológicas das línguas, no entanto tal não sucede na alomorfia morfológicamente motivada. Neste tipo de alomorfia, duas variantes formais são consideradas alomorfos de um morfema desde que se encontrem em distribuição complementar, não havendo, portanto, limites para a variação formal. «There are absolutely no limits to the degree of phonological difference between allomorphs.» (Nida, 1949: 44).

Outro aspecto que se prende com a relação estabelecida pelos alomorfos diz respeito ao modo como surgem. Nida (1949), Gleason (1961) e Hockett (1970) consideram que existe uma forma de base que em contexto é transformada. O processo de afixação efectua-se sempre com determinado alomorfo, a forma de base, e só posteriormente, em função do contexto fonológico ou morfológico criado, se produz a variante alomórfica adequada.

Os morfemas que estes autores usam como exemplo são morfemas flexionais. Nenhum dos autores refere a alomorfia como um fenómeno privativo da flexão, mas os exemplos que dão enquadraram-se nos paradigmas flexionais.

1.3. As propostas gerativistas

Com o gerativismo surgem novos pressupostos teóricos e a alomorfia passa a ser abordada de um modo diferente. O gerativismo procura compreender o funcionamento da língua, o modo como os seus elementos actuam, ou seja, descreve um processo e não um estado. A alomorfia deixa de ser um facto a descrever para se tornar uma regra de variação formal cujo funcionamento tem de ser compreendido.

O modo como o gerativismo compreende os mecanismos de produção linguística levou a uma inicial desvalorização da individualidade dos processos internos da palavra. Assim, o estudo dos mecanismos derivacionais torna-se uma via de afirmação para a morfologia. Neste contexto, a alomorfia assume relevância porque só pode ser encontrada ao nível interno da palavra, ou seja, livre da determinação sintáctica e excedendo o campo de actuação da fonologia.

Aronoff (1976) apresenta uma proposta da qual as seguintes serão em maior ou menor grau subsidiárias. Reflectindo sobre a alomorfia no quadro da formação de palavras, estabelece uma ordenação para a aplicação de diferentes tipos de regras com vista à obtenção das palavras derivadas a utilizar a nível sintáctico. Entre estas regras estão as regras de alomorfia. Já não se trata da descrição de um facto linguístico, mas da descrição de um mecanismo de produção linguística que permite deduzir a configuração formal de novos derivados.

A WFR (*word formation rule*) responsabiliza-se por concatenar os morfemas derivacionais. O produto desta operação nem sempre está em condições de ser utilizado a nível sintáctico, tendo de ser submetido à aplicação das *adjustment rules*, entre as quais a de alomorfia, e às regras fonológicas. Estes dois conjuntos de regras dão ao produto a sua correcta configuração formal.

A aplicação das regras de alomorfia, desencadeadas por uma WFR, tem de respeitar certas condições: estas regras não podem introduzir elementos que não pertençam à estrutura fonológica subjacente do morfema, operam sempre antes das regras fonológicas e só surgem num contexto linguístico específico.

A regra de alomorfia depende do morfema contíguo ao morfema alomorfizado, uma vez que é este morfema que origina os contextos directamente responsáveis pela variação alomórfica.

Aronoff considera também a existência de uma forma de base a partir da qual se obtêm os diferentes alomorfos; esta é definida como a variante para a qual existem menos restrições de utilização.

Corbin (1987) apresenta as regras de alomorfia enquadradas num sistema linguístico idêntico ao de Aronoff (1976). Depois das RCM (*règles de construction des mots*), aplicam-se as *règles lexicales "mineures"*, entre as quais se encontram as de alomorfia. Estas são designadas por *règles d'allomorphie des mots construits* (RAMC) e têm uma função idêntica à das regras apresentadas por Aronoff (1976). Tal como os restantes autores, Corbin considera que estas regras são contextuais, surgindo em contexto morfológico ou fonológico.

As RAMC só podem ser aplicadas «à des items porteurs d'une trait "diacritique" autorisant leur application» (Corbin, 1987: 284). Isto é, só se encontra variação alomórfica quando uma forma marcada para desencadear alomorfia é concatenada a uma forma marcada para a apresentar.

Estas regras, RAMC, obedecem a dois princípios. O *principe d'application locale*: o morfema alomorfizante só afecta um morfema imediatamente adjacente; e o *principe de projection allomorphique*: uma forma alomorfizada mantém a alomorfia quando utilizada em derivações posteriores. Aronoff (1976) também referira a importância da contiguidade.

Corbin (1987) revela uma visão mais abrangente do fenómeno alomórfico ao considerar as *règles d'allomorphie des entrées lexicales* (RAEL). Estas regras actuam antes das RCM e relacionam duas entradas lexicais semanticamente próximas. Não dependem da aplicação de uma RCM nem da existência de contextos. Estas regras de alomorfia actuariam num nível exclusivamente lexical, não se servindo de qualquer processo derivacional, uma vez que se verificam antes de estes actuarem.

Considero que este tipo de regras de variação formal não se enquadra na alomorfia, uma vez que, como adiante demonstrarei, a existência de um processo prévio de concatenação se revela fundamental para a existência de alomorfia.

Tal como os autores estruturalistas, Aronoff (1976) e Corbin (1987) tratam a alomorfia como um fenómeno interno da palavra, desencadeado por um processo de afixação, que ocorre em contexto morfológico ou fonológico e que pode ser encontrado nas bases ou nos afixos. No entanto, consideram a alomorfia como uma regra transformacional que se aplica na sequência de uma regra de formação de palavras. Deste modo, o campo de actuação da alomorfia que propõem não é coincidente com o das propostas estruturalistas, que se referiram sempre a casos de alomorfia em contexto flexional, ainda que façam uma descrição do fenómeno que não se afasta muito das anteriores.

Ogulnick (1983) apresenta uma solução para esta divergência ao fazer depender a regra alomórfica da aplicação de uma regra morfológica de concatenação: a alomorfia pode ser considerada na derivação e na flexão. Ainda assim, a autora aborda neste trabalho apenas os casos de variação alomórfica das bases desencadeada por um processo flexional.

Tal como Corbin (1987), propõe a existência de formas marcadas para desencadear ou apresentar alomorfia, sendo necessário o encontro de duas formas marcadas (uma para desencadear e outra para apresentar alomorfia) para produzir variação alomórfica. A regra de alomorfia aplica-se a uma forma de base a partir da qual se obtêm os outros alomorfos.

Numa perspectiva totalmente diferente, Perlmutter (1998), no quadro da Teoria da Optimidade, faz uma proposta que se aproxima das RAEL de Corbin (1987), mas que o leva a conclusões bastante diferentes, ao dispensar a aplicação de uma regra de concatenação para falar de alomorfia.

De acordo com Perlmutter, as formas variantes estão registadas no léxico, sendo seleccionadas de acordo com critérios de adequação ponderados a cada utilização. Nesta

perspectiva, conclui o autor, não existe alomorfia. Dá o exemplo do determinante francês que apresenta a forma *cel* para o feminino e a forma *ce* para o masculino. No entanto, quando o determinante masculino é seguido de vogal, a regra de concordância nominal pode ser violada para se respeitar uma regra fonológica que pede a estrutura CV; deste modo, antes de vogal, o determinante masculino usa a forma *cel* do feminino. Neste caso estamos a falar de dois elementos lexicais distintos e não de variantes formais de um elemento lexical, é por isso que o autor considera inadequada a noção de alomorfia.

2. Conceção alternativa de alomorfia

A proposta que apresento tem por base as análises apresentadas e não procura superá-las ou colmatar-lhes as falhas. Reflectindo sobre estes estudos é possível retirar deles o que apresentam de mais esclarecedor sobre o fenómeno e conciliar esses aspectos numa teoria coerente e próxima da realidade língua, capaz de dar unidade ao conceito de alomorfia e de ser aplicada à análise linguística. Utilizarei, portanto, os elementos fornecidos pelos autores que concluí serem relevantes para o estudo da alomorfia, sem desenvolver uma discussão detalhada daqueles que por algum motivo considere inadequados.

Apresento em seguida os elementos que, tendo a capacidade de se apresentar como estrutura teórica do conceito de alomorfia, podem também ser utilizados como critérios de análise linguística, clarificando a fronteira entre alomorfia e qualquer outro fenómeno de variação morfológica.

2.1. Os processos morfológicos

Como vimos, os autores consideram que a alomorfia pode ocorrer tanto na sequência da flexão, como na sequência da derivação. Nida (1949), Gleason (1961) e Matthews (1979) só referem casos de alomorfia em contexto flexional. Aronoff (1976) e Corbin (1987) consideram-na dependente de processos de formação de palavras. A observação dos exemplos que estes autores apresentam e dos casos de variação que abordo revela que não se encontram diferenças entre a alomorfia em contexto flexional e a alomorfia em contexto derivacional. Ao contrário, ela processa-se de modo idêntico nos dois casos e, ao longo do processo de alomorfia, flexão e derivação não deixam qualquer marca. Defendo, por isto, que o que realmente importa é o processo de concatenação de um afixo a uma base, sendo esta a posição já assumida por Ogulnick (1983); de acordo com autora, as regras de alomorfia «affect phonological changes in both derivational contexts (e. g., derived nouns) and inflectional contexts (e. g., past tense and past participle)» (Ogulnik, 1983: 21).

A alomorfia revela-se sensível ao processo de concatenação, mas não ao tipo de morfema concatenado ou ao tipo de processo que leva a essa concatenação. Recorde-se que flexão e derivação partilham algumas características: recorrem aos mesmos elementos linguísticos e à afixação para criar os seus produtos, que são sempre formas

independentes¹. Ao observar os casos de alomorfia verifica-se que são estes aspectos partilhados pela flexão e pela derivação que directamente desencadeiam a variação alomórfica, sendo que o modo como se processa não é influenciado pela natureza do processo morfológico. Além disso, não se encontra nenhuma razão válida para considerar a alomorfia privativa da derivação ou da flexão.

Considero, assim, que para que se desencadeie um processo de variação alomórfica é necessária a ocorrência prévia de um processo de concatenação. Deste modo, excluo do campo da alomorfia as RAEL de Corbin (1987), que colocam a variação formal a nível lexical, e os casos propostos por Perlmutter (1998), que a colocam a nível lexical, activada em contexto sintáctico. Estes casos de variação formal parecem ter uma natureza diversa da alomorfia e produzir-se num momento linguístico diverso daquele em que se dá a alomorfia, devendo, por isso, ser enquadrados em outros fenómenos de variação formal.

2.2. Os contextos linguísticos

Uma vez realizada a concatenação do morfema criam-se contextos desencadeadores de variação que podem ser descritos, tornando a alomorfia previsível em novas formações. Os autores apresentam o contexto fonológico e o contexto morfológico e são estes os contextos que aparecem nos casos de derivação do português estudados.

O contexto morfológico envolve o morfema na sua totalidade. Na derivação portuguesa encontra-se como exemplo o sufixo *-vel* em presença do sufixo *-idade*. O sufixo *-vel* selecciona bases verbais de participio para derivar adjectivos: *perecer* > *perecível*. Quando o derivado *perecível* é usado como base derivacional de *-idade*, o sufixo da base sofre um processo de alomorfia, desencadeado pela afixação de *-idade*, e assumindo a forma *-bil-*; o produto final é *perecibilidade*.

Considera-se que a alomorfia é desencadeada por contexto fonológico quando, em virtude de um processo de concatenação, as características fonológicas de um dos morfemas desencadeiam a variação alomórfica do outro morfema. Este tipo de variação alomórfica encontra-se, em português, no morfema *-idade* que apresenta a variante alomórfica *-edade*. A variante alomórfica surge, por exemplo, na palavra *notoriedade*. A base usada para derivação é *notori-*, à qual se junta *-idade*, originando a forma **notoriidade*. Como a sequência *-ii-* não existe no português desencadeia-se uma regra de alomorfia que dá origem à variante *-edade* e à palavra *notoriedade*.

Casos como este aproximam-se muito de regras fonológicas, mas distinguem-se delas em alguns aspectos. A regra fonológica, como foi apontado por Aronoff (1976), aplica-se depois das regras de alomorfia. Além disso, as regras de alomorfia são «rules which have the formal property of being restricted to certain designated morphemes, in the immediate environment of certain other designated morphemes, are always outside (previous to) the phonology.» (Aronoff, 1985: 99). Esta afirmação coloca variação

¹ Esta questão encontra-se longamente desenvolvida em Bybee (2000) e Spencer (1998).

alomórfica e variação fonológica em níveis distintos, sendo a actuação a diferentes níveis o aspecto que melhor permite distinguir os dois tipos de regras. Como temos visto, a alomorfia dá-se ao nível do morfema, na sequência imediata de um processo de afixação; a regra fonológica aplica-se depois, ao nível da palavra e de modo independente da sua estrutura morfológica.

2. 3. A contiguidade

Decorrente da existência de um processo de concatenação é ainda o facto de o morfema alomorfizante e o morfema alomorfizado serem contíguos. Por contiguidade entendo, de acordo com o pensamento de Corbin (1987), dois morfemas ciclicamente adjacentes. A autora apresenta o seguinte exemplo: «coupable > culpabiliser» (Corbin, 1987: 324). O sufixo -is(er) desencadeia um processo de variação que se manifesta nos dois morfemas que constituem a sua base derivacional: coupa- > culpa- e ble- > bil-. O morfema ble- é linearmente adjacente de -is(er), mas a alomorfia manifestada por coupa- só se compreende se o sufixo que desencadeia a alomorfia tiver acesso a qualquer morfema do ciclo anterior.

Embora o *corpus* que analisei manifeste sempre alomorfia linearmente adjacente, casos como o apresentado sugerem que devemos deixar em aberto a possibilidade de no português existirem situações idênticas.

2. 4. A distribuição complementar

Um quarto ponto ajuda a estruturar o fenómeno alomórfico. Retomo as propostas estruturalistas para utilizar o critério da distribuição complementar. Encontrados e descritos os contextos de ocorrência de cada alomorfo, a sua forma deve corresponder exactamente aos contextos de ocorrência do morfema que constituem.

Assumir a distribuição complementar como um dos elementos que permite determinar a variação alomórfica torna-se necessário pelo facto de as variantes alomórficas poderem ser formalmente muito distintas (Nida, 1949). Se a distribuição dos alomorfos corresponder exactamente à distribuição do morfema que constituem, não é necessário explicar derivacionalmente as diferenças formais que apresentam, até porque nem sempre é possível fazê-lo.

A alomorfia define-se então como um fenómeno sincrónico de variação formal desencadeado por um processo morfológico de afixação (derivacional ou flexional). Este é, por sua vez, responsável pela contiguidade (ciclicamente definida) de dois morfemas e pelo surgimento de contextos (fonológico e morfológico) directamente responsáveis pela variação alomórfica. Os vários alomorfos encontram-se em distribuição complementar, sendo que os contextos (fonológico e morfológico) determinam claramente quando é que cada um deve surgir.

3. Análise linguística

Antes de aplicar estes pontos à análise linguística devo fazer uma última reflexão sobre a natureza da alomorfia. Ainda que nenhum autor o explicita, não há dúvidas quanto ao facto de se tratar de um fenómeno sincrónico. Isto quer dizer que os alomorfos competem entre si em simultâneo, durante o mesmo momento da língua.

Considerando válida esta premissa, não posso aplicar a análise alomórfica a todas as palavras do português que apresentam os afixos em estudo. Antes de fazer a análise alomórfica é necessário excluir as formas derivadas em latim ou outras línguas e que assim foram herdadas ou importadas pelo português. Feito este trabalho obtenho um *corpus* de derivados portugueses, isto é, palavras que foram construídas na língua portuguesa com os elementos e regras de que ela se serve, incluindo as regras de alomorfia. Este *corpus* revelará, de forma fiel, as regras de formação de palavras do português, a forma dos afixos utilizados e, conseqüentemente, as suas variantes alomórficas, evitando que elementos exteriores ao português possam complexificar os dados.

O *corpus* obtido através desta filtragem histórica revela desde logo um dado curioso: muitas das variantes formais apresentadas pelos afixos surgem em formas não derivadas em português. Este facto reduz imediatamente o número de potenciais alomorfos e releva, pela redução do número de elementos em jogo, um sistema derivacional menos complexo do que aquele que uma observação da totalidade das palavras derivadas apresenta.

Os quatro critérios apresentados para a determinação da variação alomórfica são aplicados apenas às variantes formais utilizadas na formação de palavras do português. Dos oito afixos analisados só três apresentam variantes alomórficas. No quadro seguinte apresenta-se um sumário dos resultados obtidos através da metodologia exposta.

Variante formais	Elementos não derivacionais do português	Alomorfos	Afixos diferentes
1) a-, ab-, abs-	a-, ab-, abs-		
2) im-, il-, in-, ir-, inV-		variante nasal <im>, <in> variante oral <i>	
3) trans-, tras-, tres-, tra-, tre-		trans-	
4) -ança, -ância, -ença, -ência, -nça, -ncia	-ncia	-nça	
5) -dade, -idade, -idade		-idade ~ -idade	
6) -dor, -tor, -[s]or, -[z]or	-tor, -[s]or, -[z]or	-dor	
7) -ura, -dura, -tura			a) Adj + -ura V + -dura
		b) -ura ~ -dura	
8) -vel, -bil		-vel ~ -bil-	

O prefixo a-, ab-, abs- só surgem em derivados latinos, não é um afixo português.

O prefixo de negação apresenta as variantes formais im-, il-, in-, ir-, inV-. De acordo com Rio-Torto (1998), estas formas ortográficas correspondem a duas variantes fonológicas, uma oral, [i], que surge antes de som [+ soante]:

- (1) [- vocálico]: [+ lateral]: ilidir, ilógico
 [+ nasal]: imerecido, imoral, inegociável, inegável
 [+ vibrante]: irrepetível, irregular, irrenunciável, irresponsável
 [+ vocálico]: inactual, ineficiente, inigualável, inorgânico

e outra nasal, [ĩ], que surge nos outros contextos:

- (2) imbatível, imperdível, incalculável, independência, infindável, ingrácioso, inquebrável, inseguro, intocável, invariável

A variante oral surge por um processo de assimilação total do traço [+ nasal] pelos traços [+ soante], [- vocálico] (1) e de assimilação parcial pelos traços [+ soante], [- vocálico] (2).

As variantes respeitam os critérios definidos para determinar a alomorfia: surgem em contexto fonológico criado por concatenação, são contíguas ao morfema alomorfizante e encontram-se em distribuição complementar.

O prefixo 3) apresenta as formas trans-, tras-, tres-, tra-. Foram encontrados derivados em português com estas variantes, no entanto a sua distribuição não é de molde a ser descrita; isto é, parece corresponder à variação livre.

- (3) transbordar ~ tresbordar
transtornar ~ trestornar
 tresandar ~ trasandar
 tresloucado ~ translocado
 tresmalhar ~ trasmalhar

Se as diferentes formas estão em variação livre, então não podem ser consideradas variantes alomórficas de um morfema. A alomorfia foi considerada um fenómeno sistémico, não se coadunando com fenómenos de variação livre que se situam ao nível da *performance*, isto é, do uso que cada falante faz do sistema. Actualmente apenas a variante trans- parece disponível para formar novos derivados.

Para a análise do sufixo 4) seguimos a proposta de Villalva (2000), que considera as vogais pertencentes à base. De acordo com Caetano (2003), a única variante actualmente disponível para a derivação é -nça, que selecciona bases nominais.

- (4) festa > festança
 molho > molhança

Em 2. 2. apresentei as variantes alomórficas –idade (5) ~ –idade em contexto fonológico. –idade selecciona para base radicais nominais. Quando selecciona uma base já derivada pelo sufixo –óri, coloca em adjacência dois sons vocálicos idênticos. Desencadeia-se então uma regre de abaixamento vocálico que dá a configuração –idade ao sufixo (6). A variante –dade surge em formas herdadas do latim, não sendo, portanto, considerada um alomorfo.

(5) afectivo > afectividade
intenso > intensidade

(6) transitório > transitoriedade
voluntário > voluntariedade

O sufixo 6) revelou ter apenas uma forma disponível na derivação portuguesa, –dor, sendo as outras variantes herança latina.

Em relação ao sufixo 7) seguimos a proposta de Caetano (2003) que, de acordo com o princípio da unicidade da base, considera a existência de dois sufixos: o sufixo –ura que selecciona bases adjectivais e o sufixo –dura que selecciona bases verbais. Nenhum destes sufixos apresenta variantes formais.

No entanto, nem todos os autores consideram correcto o princípio da unicidade da base. Se seguirmos esta linha de pensamento, é possível falar de um morfema que apresenta os alomorfos –ura e –dura. Estes encontram-se em distribuição complementar, surgindo –ura quando a base é adjectival e –dura quando a base é verbal. Só ocorrem na sequência de um processo de afixação e são contíguos à base alomorfizante. Neste caso, é uma característica morfo-sintáctica da base, o ser verbo ou adjectivo, que desencadeia a variação alomórfica.

(7) base adjectival: amargura (amargo), frescura (fresco), verdura (verde)
base verbal: achatadura (achatar), coalhadura (coalhar), semeadura (semear)

O sufixo 8) foi já apresentado em 2. 2. para explicar a alomorfia morfologicamente condicionada. Trata-se de um caso de alomorfia porque respeita os critérios estabelecidos: verifica-se na sequência de um processo de afixação que coloca morfema alomorfizante e morfema alomorfizado em posições adjacentes; a variação é desencadeada pela presença do sufixo –idade que altera a posição relativa de –vel que, encontrando-se no interior da palavra, assume a forma –bil–; os dois alomorfos encontram-se em distribuição complementar.

Estamos perante um caso de variação alomórfica da base, o sufixo –vel só manifesta alomorfia quando constitui a base derivada de um outro sufixo, o sufixo –idade. Aplicável é a base derivada de aplicabilidade e só manifesta alomorfia depois do processo de afixação de –idade.

(8) fiável > fiabilidade
respeitável > respeitabilidade

A proposta apresentada pretende harmonizar estudos adequados, mas tornados incompatíveis, numa concepção de alomorfia que se pretende sólida do ponto de vista teórico e suficientemente operacional para ser aplicada à análise linguística. Como ponto de partida, o facto de se tratar de um fenómeno sincrónico e sistémico, o que obriga à exclusão de palavras que por herança ou empréstimo possam introduzir no estudo alomórfico do português elementos que na realidade lhe são estranhos. Para definir o conceito revelaram-se suficientes quatro critérios, os mesmos que são aplicados na análise linguística: a existência prévia de um processo de concatenação, a criação de um contexto linguístico descritível, a contiguidade entre morfema alomorfizante e morfema alomorfizado e a distribuição complementar dos vários alomorfos de um morfema.

Referências

- Aronoff, Mark (1985) *Word Formation in Generative Grammar*, 3ª ed.. Massachusetts: The MIT Press (1ª ed. 1976)
- Aronoff, Mark (2000) Morphology between lexicon and grammar. In *Morphology. An International Handbook of Inflection and Word-formation*. Berlim / Nova Iorque: Walter de Gruyter, pp. 344-349
- Booij, Geert (2000) Morphology and Phonology. In. In. Geert Booij, Christian Lehmann, e Joachim Mugdan (orgs.) *Morphology. An International Handbook of Inflection and Word-formation*. Berlim / Nova Iorque: Walter de Gruyter, pp. 335-344.
- Booij, Geert (1997) Allomorphy and autonomy of morphology. In *Folia Linguistica Historica XXXI/1-2*, pp. 25-56
- Bybee, Joan (2000) Inflection and derivation In *Morphology. An International Handbook of Inflection and Word-formation*. Berlim / Nova Iorque: Walter de Gruyter, pp. 360-368
- Caetano, Maria do Céu (2003) *A formação de palavras em gramáticas históricas do português. Análise de algumas correlações sufixais*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa
- Camara Jr., Joaquim Mattoso (1976) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora Ltda.
- Carstairs-Mccarthy, Andrew (1998) Phonological constraints on morphological rules. In *The Handbook of Morphology*. Oxford / Massachusetts: Blackwell Publishers, pp. 144-148
- Corbin, Danielle (1987) *Morphologie dérivationnell et structuration du lexique*. Tubigen: Max Niemeyer
- Diez, Frédéric (1874) *Grammaire de Langues Romanes – tomo I*, Paris: Librairie A. Franck
- Gleason, Henry A. (1961) *An introduction to descriptive linguistics*. Nova Iorque: Rinehart and Winston
- Hockett, Charles (1970) *A Course in Modern Linguistics*. Nova Iorque: The Macmillan Company
- Lieber, Rochelle, Mugdan, Joachim (2000) Internal Structure of Words. In *Morphology. An International Handbook of Inflection and Word-formation*. Berlim / Nova Iorque: Walter de Gruyter, pp. 404-416
- Mateus, Maria Helena e Andrade, Ernesto d' (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press

- Matthews, P. H. (1979) *Morfología. Introducción a la Teoría de la Estructura de la Palabra*. Madrid: Paraninfo
- Meyer-Lübke, Wilhelm (1895) *Morphologie Romane*. Paris: H. Welter Éditeur
- Mel'čuk, Igor (2000) Morphological processes. In *Morphology. An International Handbook of Inflection and Word-formation*. Berlin / Nova Iorque: Walter de Gruyter, pp. 523-535
- Nida, Eugene A. (1949) *Morphology. The descriptive Analysis of Words*. Michigan: The University of Michigan Press
- Nunes, José Joaquim (1989) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora
- Ogulnick, Karen A. (1983) *Allomorphy in Linguistic Theory*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club
- Perlmutter, David M. (1998) Interfaces: Explanation of Allomorphy and the Architecture of Grammars. In *Morphology and Its Relation to Phonology and Syntax*. Stanford: CSLI Publications, pp. 307-339
- Rio-Torto, Graça (1998) *Morfologia Derivacional. Teoria e Aplicação ao Português*. Porto: Porto Editora, Coleção Linguística
- Spencer, Andrew (1991) *Morphological Theory. An Introduction to Word Structure in Generative Grammar*. Oxford: Basil Blackwell
- Spencer, Andrew (1998) Morphological Operations. In *The Handbook of Morphology*. Oxford / Massachusetts: Blackwell Publishers, pp. 123-143
- Villalva, Alina (2000) *Estruturas Morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Walter, Henriette (2000) Fluctuation and free variation. In *Morphology. An International Handbook of Inflection and Word-formation*. Berlin / Nova Iorque: Walter de Gruyter, pp. 484-489

Dicionários

- Diccionario critico etimológico castellano e hispánico (1980-1991). Madrid: Gredos
- Dicionário Electrónico da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora
- Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 2ª ed. (1967). Lisboa: Editorial Confluência
- Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, 2ª ed. rev. e acrescida de um suplemento (1986). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001). Lisboa: Editorial Verbo
- Dictionnaire Illustré Latin-Français (1934). Paris: Librairie Hachette
- Dictionnaire latin-français (2000). Paris: Librairie Hachette
- Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis (1733). Parisiis: Edictio Nova Locupletior et Auctior
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1981). Lisboa: Amigos do Livro Editores
- Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2ª ed. (1986). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira